

Brasil e China: Investimento, Gerenciamento, Autonomia e Projeção Global

Carolina Cabral Garcia Lopes – Estudante do 7º período do curso de graduação em Relações Internacionais da Unilasalle RJ

Diana Vervloet Dalmam de Magalhães – Estudante do 7º período do curso de graduação em Relações Internacionais da Unilasalle RJ

Gustavo do Amaral Loureiro – Estudante do 7º período do curso de graduação em Relações Internacionais da Unilasalle RJ

Naemi Goto Wakisaka – Estudante do 7º período do curso de graduação em Relações Internacionais da Unilasalle RJ

Thamires Lacerda Ritta Sampaio – Estudante do 7º período do curso de graduação em Relações Internacionais da Unilasalle RJ

RESUMO: A Proposta de Emenda Constitucional nº 197 foi introduzida na Câmara dos Deputados do Brasil no começo deste ano com o objetivo de fixar os gastos na área de Defesa Nacional em 2% do Produto Interno Bruto brasileiro. Este trabalho buscará analisar a eficiência deste projeto orçamentário através da comparação com outro país com objetivos de política externa e condições estruturais semelhantes, e definir se será suficiente para atingi-los. Para isso, serão utilizadas as teorias de Joseph Nye relacionadas aos conceitos de ‘smart power’, ‘soft power’ e ‘hard power’, avaliando a projeção de poder dos dois Estados. O método de pesquisa a ser utilizado será comparativo e bibliográfico sustentados na aplicação de dados estatísticos de fontes oficiais. Ao longo do desenvolvimento deste trabalho, será provado que não será suficiente nivelar os investimentos ao Produto Interno Bruto entre os países mencionados, deixando-os sujeitos a eventuais crises econômicas e impactos internos adversos, necessitando de um planejamento mais eficiente da economia doméstica, a fim de garantir a execução dos projetos para a projeção de poder nacional e autonomia.

PALAVRAS-CHAVE: Poder, Autonomia, Brasil, China, Política Nacional de Defesa, Proposta de Emenda Constitucional nº 197

1. Introdução

Este trabalho buscará analisar a eficiência e as demandas da Política Nacional de Defesa através da Proposta de Emenda Constitucional nº 197 e compará-la com as projeções orçamentárias para a área de Defesa da República Popular da China, um país que, assim como o Brasil, possui grandes dimensões e fronteiras tanto terrestres quanto marítimas. Seus interesses, tanto regionais quanto globais, serão comparados ao longo deste artigo a fim de elucidar de maneira mais completa os objetos desta pesquisa.

Portanto, o objetivo deste trabalho é contribuir para a análise da adequação dos meios orçamentários previstos na PEC, juntamente com os objetivos da Política Nacional de Defesa e da Estratégia Nacional de Defesa. Para tanto, iremos realizar uma comparação entre o nível de gasto proposto para o Brasil com o da China.

Os métodos utilizados para tal análise serão o comparativo e o bibliográfico sustentados na aplicação de dados estatísticos de fontes oficiais. Para melhor esclarecimento, será utilizado os conceitos de ‘smart power’, ‘soft power’ e ‘hard power’ segundo as teorias de Joseph S. Nye, Jr., expostas através das publicações “*The Future of Power*”, publicado no ano de 2011, e “*Soft Power: The Means to Succeed In World Politics*”, originalmente publicado no ano de 2004.

Serão apresentados, portanto, dois problemas de pesquisa neste trabalho: os gastos estáticos de 2% do Produto Interno Bruto serão suficientes para sustentar o objetivo-chave do Política Nacional de Defesa e da Estratégia Nacional de Defesa, a chamada “dissuasão extrarregional”? E, ainda, o nível de gasto desejado é suficiente para um possível objetivo secundário da política externa e da segurança brasileira, ou seja, a projeção de poder na América do Sul?

A primeira hipótese apresentada neste trabalho será que, dada a agenda de Defesa Nacional segundo o Política Nacional de Defesa e a Estratégia Nacional de Defesa, não será suficiente o orçamento de apenas 2% do Produto Interno Bruto para garantir a “dissuasão extrarregional”.

2. Marco Teórico: ‘Smart Power’

Joseph S. Nye, que foi considerado peça fundamental da Administração Bill Clinton ao ocupar o cargo de Assistente-Secretário de Defesa para Assuntos de Segurança Internacional, é reconhecido como o criador do termo ‘smart power’. A ideia de Nye, ao escrever sobre esse novo conceito, era apresentar uma alternativa plausível às decisões da Administração George W. Bush, baseadas majoritariamente no ‘hard power’, o poder bruto pautado principalmente em ações militares e econômicas. No artigo ‘*Wielding 'smart power' in world affairs*’ (2011), publicado no jornal Boston Globe, Nye defendeu que é necessário o uso da inteligência para definir a melhor estratégia a ser tomada na resolução de um conflito ou problema no sistema internacional, configurando, assim, o ‘smart power’ como a capacidade de melhor distinção da estratégia adequada. Para ele, o ‘soft power’ é tão importante quanto o ‘hard power’ se usado adequadamente em seus devidos momentos.

Segundo Trunkos (2013, p.4) o ‘soft power’ pode ser definido como “os recursos nacionais que podem guiar a habilidade do país a afetar outros através de meios cooperativos para

moldar a agenda, persuadir e evocar atração positiva com o objetivo de atingir resultados preferenciais”, enquanto isso, Nye (2004, p.5) acredita que o ‘hard power’ pode ser definido como o “uso de coerção militar e econômica para fazer os outros mudarem sua posição”.

Portanto, a teoria do ‘smart power’ de Joseph Nye se estrutura ao redor da ideia de utilizar esses dois instrumentos de política externa da maneira apropriada à cada situação específica, “a habilidade de combinar recursos de ‘hard’ e ‘soft power’ em estratégias efetivas” (NYE, 2011, p. 23). Ainda segundo Nye (2011, p. 22), “performances econômicas de sucesso como a da China podem produzir tanto o ‘hard power’ através de sanções e restrições de acesso ao mercado quanto o ‘soft power’ da atração e emulação de sucesso”.

A partir disso, avaliaremos as capacidades de projeção de ‘hard power’ e ‘soft power’ do Brasil e sua eficiência na instrumentalização destes, com o objetivo de melhor avaliar as posições estratégicas e ações do Estado no sistema internacional.

3. Brasil

3.1. A PEC 197

A Proposta de Emenda Constitucional nº 197, apresentada na Câmara dos Deputados do Brasil em março deste ano pela Deputada Federal Jô Soares do Partido Comunista do Brasil, deverá direcionar 2% do Produto Interno Bruto (PIB) para o orçamento de Defesa.

Como justificativa a PEC 197¹ se baseia nos principais objetivos do Política Nacional de Defesa:

“garantir a soberania, o patrimônio nacional e a integridade territorial; contribuir para a estabilidade regional; contribuir para a manutenção da paz e da segurança internacionais; intensificar a projeção do Brasil no concerto das nações e sua maior inserção em processos decisórios internacionais; manter Forças Armadas modernas, integradas, adestradas e balanceadas, e com crescente profissionalização, operando de forma conjunta e adequadamente desdobradas no território nacional; conscientizar a sociedade brasileira da importância dos assuntos de defesa do País; desenvolver a indústria nacional de defesa, orientada para a obtenção da autonomia em tecnologias indispensáveis; desenvolver o potencial de logística de defesa e de mobilização nacional” (POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA, 2012).

A aprovação da PEC mostra-se de relevante importância, devido a defesa e segurança do entorno estratégico brasileiro, compreendido por toda América do Sul, Antártica, Oceano Atlântico Sul e países Lindeiros da África Ocidental, foz do Rio Amazônia e Foz do Rio da Prata são pontos estratégicos especiais. O Atlântico Sul é uma área de grande fluxo comercial marítimo internacional e com presença de fontes energéticas importantes como também a Amazônia Azul. Dessa forma, é importante que o Brasil mantenha acordos com países da costa ocidental africana, pois tudo o que acontece nessa região do Atlântico Sul afeta diretamente o Brasil e as políticas brasileiras, sendo de suma importância manter a estabilidade dessa região e das regiões de fronteiras terrestres (NERI, 2014). Apesar de o continente sul-americano ser livre de conflito e de

¹ Projeto de Emenda Contitucional nº 197

guerras armadas, é importante que haja uma estruturação adequada de todo o regimento militar brasileiro para uma defesa regional eficiente. A região da América do Sul é vista como um grupo de Estados interdependentes que geograficamente são próximos, sendo assim, as ameaças e preocupações são de igual modo compartilhadas (FILHO, 2014).

O Brasil ao longo da sua história mantém sua diplomacia pacifista como mediador de conflitos internacionais, também com o objetivo de promover a paz regional e aumentar a cooperação (GOULART, 2008), portanto, sua projeção do ‘soft power’, ao ser o principal mediador da região, já pode ser considerada histórica. Ao longo de sua trajetória, segundo Gelson Fonseca Jr. (1998, p. 356), o país possui um histórico “de desdramatizar a agenda de política exterior ou seja de reduzir os conflitos, crises e dificuldades ao leito diplomático”. Ademais, o custo relativo à defesa é menor do que o custo da guerra (FILHO, 2014). A Defesa Nacional Brasileira é um conjunto de ações estratégicas do governo que visa a proteção e defesa territorial, marítima, aérea, cibernética, riquezas naturais e contra ameaças externas (FILHO, 2014).

O Brasil busca a articulação da Estratégia Nacional de Defesa juntamente com a Estratégia Nacional de Desenvolvimento para obter mais autonomia no sistema internacional, por meio das inovações tecnológicas e integração das forças armadas.

3.2. Estratégia Nacional de Desenvolvimento e Política Nacional de Defesa

A Política Nacional de Defesa “fixa os objetivos da Defesa Nacional e orienta o Estado sobre o que fazer para alcançá-los”. Em adição, a Estratégia Nacional de Defesa “estabelece como fazer o que foi estabelecido pela Política.” O conjunto dessas diretrizes desperta na sociedade brasileira que a defesa não deve restringir-se apenas ao governo e aos militares, mas toda a sociedade (POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA, 2012).

Os objetivos da Política Nacional da Defesa são a “garantia da soberania, do patrimônio nacional e integridade territorial”, como também a capacitação efetiva das Forças Armadas para manter a paz e segurança do país e dos nossos interesses. Além desses fatores, a Política Nacional de Defesa busca a reestruturação e a reorganização das Forças Armadas, Base Industrial de Defesa, e da efetivação da Marinha, Exército e Aeronáutica. A garantia da execução da Política Nacional de Defesa, através da Estratégia Nacional de Defesa, será como de coadjuvante para fortalecer a imagem do Brasil no ambiente internacional. Quanto a execução da Política Nacional de Defesa, esta é implementada através da Estratégia Nacional de Defesa (POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA, 2012).

É importante destacar que a Política Nacional de Defesa e a Estratégia Nacional de Desenvolvimento estão interligadas, pois ter capacidade de desenvolvimento é essencial e indispensável para a evolução das Forças Armadas, e é possível afirmar que “defendido, o Brasil terá como dizer não, quando tiver que dizer não. Terá capacidade para construir seu próprio modelo de desenvolvimento.” Os recursos que devemos gastar com defesa devem ser minuciosamente articulados para nossa projeção de poder (POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA, 2012).

Para que um projeto de desenvolvimento seja forte, é necessário considerar a relevância dos princípios de independência de modo a orientar as decisões. São eles: que os recursos econômicos, humanos, físicos e de investimentos sejam prioritariamente brasileiros, evitando a dependência estrangeira; a independência da tecnologia, principalmente em setores estratégicos

espaciais, cibernéticos e nucleares; “independência assegurada pela democratização de oportunidades educativas e econômicas” e as exequibilidades que aumentam a atuação da população nas decisões políticas e econômicas. Esses princípios demonstram que o Brasil busca sua autonomia e não dependência em relação às superpotências (POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA, 2012).

No setor espacial cibernético, por exemplo, as três forças buscam o monitoramento do espaço, proteção de dados, e desenvolvimento de programas não dependentes de tecnologias estrangeiras para a sua operação. Na área nuclear, o Brasil tem compromisso em utilizar a energia nuclear para fins pacíficos e no desenvolvimento de novos apoios à defesa brasileira, como o submarino de propulsão nuclear. Esse conjunto de estratégias de defesa permitirá maior eficiência para a o monitoramento, controle, mobilidade e presença em áreas estratégicas.

A busca por autonomia tecnológica brasileira, como também na área da indústria nacional de defesa, tem como objetivos a preservação da paz mundial e intensificação da projeção do Brasil nos órgãos Internacionais, ademais sua inserção nos processos decisórios mundiais. Assim, como afirma o Ministério da Defesa, “não é independente quem não tem domínio das tecnologias sensíveis, tanto para a defesa, como para o desenvolvimento” (POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA, 2012).

Apesar dos esforços do Brasil para o desenvolvimento de políticas de Defesa eficazes, a porcentagem de investimentos são insuficientes pelo tamanho dos desafios estabelecidos, como observados 1,47 % do PIB em 2010, 1,49% do PIB em 2011 e 1,47% do PIB em 2012 foram utilizados na área de defesa. Comparando esses valores com a China, podemos mostrar que foram utilizados 1,99% do PIB em 2010, 2% do PIB em 2011 e 1,99% do PIB em 2012 do PIB total chinês. Esses valores em porcentagem são determinados sobre o valor do PIB do país, ou seja, para os dois países é importante que mantenham um crescimento estável e contínuo para o melhor aproveitamento orçamentário².

O Brasil por meio do desenvolvimento militar busca uma dissuasão extrarregional como estratégia para balancear e integrar as forças armadas brasileiras, a fim de que estejam de prontidão em caso de conflitos na região. O Brasil visa aumentar sua projeção no sistema internacional para a defesa e preservação da paz, cooperando juntamente com os países do seu entorno estratégico a priori (FILHO, 2014; POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA, 2012) . A dissuasão deve ser usada como complemento à diplomacia brasileira como estratégia para a estabilização regional, assim restringindo potências rivais (KLUGER, 2002). O país empenha-se para tornar-se uma potência regional e global no sistema internacional - isso muitas vezes utilizado pelo Estados Unidos da América para garantir estabilidade no continente sulamericano. Assim, o governo busca cooperação alinhado à dialogo estratégico por meio de iniciativas de acordos regionais, principalmente como ator das Nações Unidas para garantir a paz no continente³ (PECEQUILO, 2013).

² PIB Brasileiro em 2015: \$3,166 trilhões. China: \$19,51 trilhões. Dados inseridos para melhor comparação e entendimento do leitor. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ch.html>> e <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/br.html>>. Acesso em: 19 mai. 2016.

³ Em destaque a operação de paz no Haiti (Minustah) presente desde 2004, o Brasil tem atuado para o estabelecimento da segurança no país e estabilidade política. Assim, os militares brasileiros tem reconhecimento internacional por seu apoio operacional, técnico, na coordenação da missão entre outros. Asa Forças Armadas Brasileiras ganharam prestígio entre a população local por terem ajudado a diminuir a violência interna como também colaborado para o fortalecimento político institucional e pelo apoio na formação da Polícia Nacional Haitiana.

A partir da postura assertiva e autônoma adotada pelo Brasil, evidencia-se que o país tem como objetivo se tornar uma hegemonia na região e também um ator relevante de atuação no sistema internacional. Assim, o comportamento brasileiro é observado como central e os países da região agem como uma espécie de carona ('free rider') em relação à hegemonia do Brasil, ou seja, estes países decidem usufruir de maneira mais positiva da hegemonia brasileira, extraíndo o máximo possível de benefícios para si e colocando-se em uma situação de alinhamento com o Brasil ao invés de contestar diretamente o seu status regional (PECEQUILO, 2013).

4. China

4.1. Política Externa e Integração Chinesa

As duas primeiras décadas do século XXI foram consideradas pelo Presidente da República Popular da China, Xi Jinping como o período de oportunidades estratégicas. As condições Internacionais eram consideradas propícias para o desenvolvimento doméstico, assim como, a expansão do poder chinês nos âmbitos econômico, militar e diplomático (DEPARTMENT OF DEFENSE, 2015).

A expansão chinesa tinha como objetivo: a perpetuação do domínio do partido comunista Chinês garantindo, o desenvolvimento, o crescimento econômico, a estabilidade da política doméstica, a defesa e a soberania nacional, assim como, a integridade territorial, ou seja, a garantia da manutenção do status Chinês de grande potência e a recuperação do status de potência regional (DEPARTMENT OF DEFENSE, 2015).

Embora prevaleça o debate acadêmico sobre a conservação do período estratégico através das primeiras décadas do século XXI, existe consenso sobre a importância do período para obtenção dos objetivos estratégicos e a busca pela sua perpetuação. Constantemente, os líderes chineses enfatizam a importância de se alcançar os objetivos delineados para 2020 (DEPARTMENT OF DEFENSE, 2015).

Os objetivos delineados para 2020 seriam: a reconstrução exitosa da economia como a manutenção de seu crescimento; o melhoramento da qualidade de vida dos cidadãos chineses promovendo assim estabilidade; a modernização e progresso militares com intuito de combater e vencer conflitos regionais, tal como, conflitos externos que impeçam o alcance de seus propósitos⁴. (DEPARTMENT OF DEFENSE, 2015, P.21, tradução nossa)

As abordagens chinesas para a Política Externa e Integração buscam fortalecer a economia, modernizar as forças militares e solidificar o Partido Comunista Chinês. Sendo assim, a China busca estabelecer relações estáveis com seus vizinhos, assim como, com os Estados Unidos como elemento para perpetuar seu desenvolvimento e objetivos. O país vislumbra os Estados Unidos como um ator dominante internacionalmente e regionalmente, que possui potencial tanto de apoiar como de impedir o crescimento chinês. Desta forma, um novo tipo de

Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/relacoes-internacionais/missoes-de-paz/o-brasil-na-minustah-haiti>>
Acesso em: 10 mai. 2016.

⁴ Do original, língua em inglesa: "These benchmarks include successfully restructuring the economy to maintain growth and increase the quality of life of China's citizens to promote stability; making major progress in military modernization; and attaining the capability to fight and win potential regional conflicts"

relação de poder com os Estados Unidos foi concebido, o conceito estabelecia uma relação entre os países baseada em igualdade mútua e respeito em prol de resultado benéfico para ambos (DEPARTMENT OF DEFENSE, 2015).

A estrutura da cooperação entre China e Estados Unidos, expressa o interesse Chinês em ser reconhecido como potência militar, exaltando a importância da paz entre as relações bilaterais. Receosos de que suas políticas sejam enxergadas como ameaça aos países vizinhos e o consequente alinhamento dos mesmos com os Estados Unidos, o país busca o equilíbrio de convencer o teor pacífico de sua ascensão com o imperativo de reforçar sua soberania existente e as reivindicações territoriais (DEPARTMENT OF DEFENSE, 2015).

A Evolução da Política Externa Chinesa, continua a apoiar a visão do líder Deng Xiaoping⁵ em que a China deveria "observar calmamente; assegurar nossa posição; esconder nossa capacidade e tomar nosso tempo; ser boa em manter um perfil baixo; e nunca assumir liderança". A observação do líder Deng, expressa a crença de que os interesses chineses são melhor atendidos quando focados no desenvolvimento interno e estabilidade enquanto evita conflitos diretos e antagonismos com grandes potências (DEPARTMENT OF DEFENSE, 2015).

Entretanto, o comportamento chinês vem divergindo do pensamento do líder Deng, a China tem buscado caráter mais assertivo nas relações regionais e globais buscando o estabelecimento de mecanismos multilaterais como, por exemplo, a criação do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura e a proposta da China para "Um novo conceito de Segurança Asiática" (DEPARTMENT OF DEFENSE, 2015).

Dado o novo conceito de Segurança Asiática, apresentaremos tendências significativas e transformadoras no que concerne o ativismo da Segurança Internacional. Destacando-se: o afrouxamento da política de não interferência em assuntos domésticos de outros países; o aprofundamento das parcerias no âmbito da segurança com outros países do mundo a partir do reconhecimento em escala global, dos interesses de segurança nacional da China buscando o aumento de suas capacidades de projeção de poder (RATNER et al., 2015).

Sendo assim, a expansão do escopo e escala do ativismo da segurança chinês exige que Washington forneça a abertura de sua política e o respaldo para a China em suas áreas de domínio. O engajamento militar dos Estados Unidos em relação à China deve continuar a pautar-se no desenvolvimento de segurança operacional e de mecanismos de gestão de crises, de modo a expandir acordos existentes e buscar maneiras de assegurar a utilização eficiente de recursos. Ou seja, o departamento deve buscar medidas que possam reduzir as probabilidades de acidentes e incidentes entre aliados da China, dos Estados Unidos e parceiros estratégicos (RATNER et al., 2015).

Entretanto, a cooperação na área de segurança entre os Estados Unidos e China permanece limitada em virtude das restrições legais e políticas. Apesar de existir cooperação, os desafios não tradicionais de segurança como, por exemplo, a segurança marítima e o controle de armas também dificultam a cooperação entre os países. (RATNER et al., 2015)

A partir de então, é fundamental que os Estados Unidos atuem em áreas em que o ativismo da segurança internacional chinesa seja marcante, devendo ampliar seu acesso militar. Em virtude dessa projeção de interesses e de capacidades militares da China, os Estados Unidos devem adotar medidas que sustentem e aprofundem suas alianças, e que também aumente seu engajamento diplomático em questões relacionadas à China e aos países estratégicos quanto a

⁵ Deng Xiaoping, foi o secretário-geral do Partido Comunista Chinês, sendo, de fato, o líder político da República Popular da China entre 1978 e 1992.

projeção de poder chinês. Como parte desses esforços, os Estados Unidos deveria buscar maneiras de envolver e moldar a liderança chinesa em iniciativas e organizações multilaterais (RATNER et al., 2015).

Essa ênfase no binômio de Política Externa e Integração reforçada pela China talvez possa ser vista como parte do ‘soft power’ chinês. A ascensão da China no cenário internacional não se dá apenas pelos instrumentos de força bruta que serão apresentados na próxima seção deste trabalho, mas também por um trabalho profundo na construção de uma imagem atraente.

Apesar de recente, sendo de fato percebido apenas no começo do século XXI, o ‘soft power’ chinês tem sido um foco importante do Partido Comunista Chinês. Segundo Scott (2012, p. 40) “o crescimento da China, e o seu escrutínio internacional, fazem com que a escolha de linguagem da China seja ainda mais importante”. De fato, o reforço de uma visão mais multipolar de cooperação e o cuidado minucioso das lideranças chinesas podem se mostrar, de certa forma, o exercício de um ‘soft power’ discreto e muito bem instrumentalizado.

Mesmo o cenário sendo propício para cooperação entre Estados Unidos e China, proporcionando benefício para ambos, assim como, para os países vizinhos no caso da China, devemos nos questionar sobre o real motivo para a cooperação entre os países, ou seja, até que ponto a cooperação é de fato baseada em um processo de alinhamento e integração? Ou será que, na realidade, trata-se de uma possível neutralização de um adversário em potencial?

4.2. O Exército de Libertação Popular da China

A China possui ferramentas avançadas e desenvolvidas de ‘hard power’, representadas principalmente por suas Forças Armadas. Atualmente, o Exército de Libertação Popular ou PLA⁶ possui grande capacidade de combate no solo. O Exército da PLA, seu vetor terrestre e melhor desenvolvido, tem a habilidade de se deslocar rapidamente, aumentando a eficiência de suas operações, com o objetivo principal de combater – e derrotar – inimigos modernizados, bem equipados e treinados (DEPARTMENT OF DEFENSE, 2015).

A modernização da PLA continua sendo um dos pontos principais do orçamento de Defesa da China, com seu foco direcionado principalmente para a expansão das forças de operações especiais (SOF⁷), o desenvolvimento de tecnologias para a artilharia de longo alcance, – tanto convencional quanto através de foguetes – a produção, modernização e padronização de veículos armados e o desenvolvimento de sistemas para prover informações à tempo real em maior qualidade e compartilhá-las entre as unidades de maneira mais ágil e eficiente (DEPARTMENT OF DEFENSE, 2015).

Com a evolução, principalmente ao longo dos últimos vinte anos, dos interesses chineses no Sudeste da Ásia, o país começou a investir com maior intensidade no setor naval e no combate marítimo. O programa de modernização – caracterizado pelo Departamento de Defesa dos Estados Unidos como um programa ambicioso – instalado no começo do milênio e mantido até o momento, busca garantir, principalmente, a manutenção de seus interesses nacionais através da consolidação do controle que a China possui dos quatro mares próximos ao seu território – os

⁶ PLA, da língua inglesa, People’s Liberation Army – o Exército de Libertação Popular.

⁷ SOF, da língua inglesa, Special Operations Forces – Forças de Operações Especiais.

mares Bohai, Huanghai, Mar do Sul e Mar do Leste⁸, mas também, em segundo plano, o alcance chinês nos “mares distantes”, pauta que tem ganhado, gradualmente, uma maior importância para a agenda de segurança chinesa conforme o país se volta para uma inserção global em maior escala (DEPARTMENT OF DEFENSE, 2015).

Nos últimos 15 anos, o ambicioso programa de modernização naval da China produziu uma força mais tecnologicamente avançada e flexível. A Marinha da PLA agora possui o maior número de embarcações na Ásia, com mais de 300 navios de superfície, submarinos, navios anfíbios e embarcações de patrulha. A China está rapidamente aposentando combatentes de legado em troca de navios maiores e multi-missão, equipados com armamentos e sensores anti-navios, anti-aéreos e anti-submarinos. Enquanto a defesa dos “mares próximos” continua o foco primário da Marinha da PLA, a mudança gradual da China para os “mares distantes” tem criado uma demanda para que sua Marinha dê suporte para tarefas operacionais fora dos limites do primeiro conjunto de arquipélagos⁹ com plataformas navais multi-missão, de alto alcance e sustentáveis com capacidades de autodefesa robustas (DEPARTMENT OF DEFENSE, 2015, p.8, tradução nossa).¹⁰

Portanto, podemos afirmar que há um contínuo investimento em ampliar a capacidade marítima da PLA para que seja possível garantir o controle dos “mares próximos”, assim como a capacidade de combate nos “mares distantes”. Porém, o desenvolvimento das forças chinesas no ambiente submarino continua a apresentar uma certa dificuldade, apresentando uma deficiência significativa na capacidade anti-submarino tanto na costa quanto nas profundezas. Ainda, segundo o Departamento de Defesa dos Estados Unidos (2015, p. 35), “também não há clareza se a China é capaz de coletar informações precisas sobre alvos e passá-las para suas plataformas a tempo para ataques bem sucedidos em áreas além dos limites do primeiro arquipélago.”¹¹

⁸ Segundo Di, Liang e Tseng (1994, p. 345), “Os quatro mares da China, o Mar Bohai, o Mar Huanghai, o Mar do Leste da China e o Mar do Sul da China, ocupam uma área total de cerca de 4.7 milhões de km², metade da área continental chinesa. Esses mares estão localizados na margem sudeste do continente eurásio e são sujeitos a interações entre as placas Euroasiática, do Pacífico e Indoaustraliana. Os mares possuem uma geologia complicada e são ricos em recursos naturais”. Na versão original em língua inglesa: “The four seas of China, the Bohai Sea, the Huanghai Sea, the East China Sea, and the South China Sea, occupy a total area of about 4.7 million km², half of the area of China mainland. These seas are located in the southeastern margin of the Eurasian continent and subject to the interactions between the Eurasian, Pacific, and Indian-Australian plates. The seas have complicated geology and rich natural resources”.

⁹ O conjunto de arquipélagos, segundo Ju (2015, p. 49, tradução nossa) “começa no arquipélago japonês e se estende da península coreana, a ilha de Taiwan, as ilhas Filipinas até a ilha de Kalimantan, a ilha de Sumatra e a península malaísa”. Na versão original: “It starts from the Japanese archipelago and extends from the Korea Peninsula, Taiwan Island, the Philippine Islands to Kalimantan Island, Sumatra Island, and Malay Peninsula”.

¹⁰ Do original: “Over the past 15 years, China’s ambitious naval modernization program has produced a more technologically advanced and flexible force. The PLA Navy now possesses the largest number of vessels in Asia, with more than 300 surface ships, submarines, amphibious ships, and patrol craft. China is rapidly retiring legacy combatants in favor of larger, multi-mission ships, equipped with advanced anti-ship, anti-air, and anti-submarine weapons and sensors. Whereas “near seas” defense remains the PLA Navy’s primary focus, China’s gradual shift to the “far seas” has necessitated that its Navy support operational tasks outside the first island chain with multimission, long-range, sustainable naval platforms with robust self-defense capabilities.”

¹¹ No original, em língua inglesa, “It is also unclear whether China has the capability to collect accurate targeting information and pass it to launch platforms in time for successful strikes in sea areas beyond the first island chain.”

O investimento contínuo possui, também, sua formulação construída em torno de estratégias voltadas, principalmente, para dissuadir, deter ou derrotar intervenções de terceiros durante missões de grande escala – como, eventualmente, uma possível contingência de Taiwan – demonstrando a preocupação com uma intervenção dos Estados Unidos – e em maior escala, da OTAN¹² – em algum conflito regional que venha a ser de interesse chinês (DEPARTMENT OF DEFENSE, 2015).

Ainda, é parte fundamental do plano de modernização militar chinês o aperfeiçoamento da capacidade de negar acesso ao seu território, atacar no oeste do Pacífico à grandes distâncias, assim como ampliar sua projeção de poder de forma geral através do aperfeiçoamento de armamentos à longa distância e de programas militares voltados a esta finalidade, além de operações no ciberespaço, no espaço sideral e no espectro eletromagnético, que incluem sistemas importantes formados por mísseis balísticos, anti-navios, mísseis de ataque terrestre, submarinos nucleares, navios modernos de superfície e porta-aviões (DEPARTMENT OF DEFENSE, 2015). Como dito anteriormente neste trabalho, há uma demanda, a fim de proteger os interesses econômicos para que a China mantenha seu status de grande potência, pela manutenção da segurança de suas rotas comerciais, principalmente com o Oriente Médio, o que torna estes investimentos ainda mais indispensáveis.

Em março de 2014 a China anunciou 9.3% de aumento no orçamento militar – ajustados à inflação – dando continuidade à mais de duas décadas de aumentos contínuos. Entre os anos de 2005 e 2014, o orçamento militar cresceu cerca de 9.5% ao ano. O Departamento de Defesa dos Estados Unidos estima que, de fato, os gastos militares chineses para 2014 ultrapassem US\$165 bilhões mas, devido à pouca transparência da China, as informações não são sólidas.

O orçamento de Defesa chinês para 2014 estava previsto em US\$136,3 bilhões. Comparado à outros países da região, é possível observar uma grande disparidade, sendo a China o principal investidor em Forças Armadas, com quase o dobro do Orçamento de Defesa Nacional da Rússia, estimado em aproximadamente US\$76,3 bilhões (DEPARTMENT OF DEFENSE, 2015) e a preocupação do governo chinês de manter sua capacidade de ‘hard power’. Outros países da região que investem quantias significativas na área de Defesa Nacional são Japão (US\$47,6 bilhões), Índia (US\$38,2 bilhões), República da Coreia (US\$33,4 bilhões) e Taiwan (US\$10,3 bilhões), mas, de fato, nenhum dos respectivos orçamentos sequer se comparam ao orçamento chinês (DEPARTMENT OF DEFENSE, 2015).

A partir dos dados levantados, pode-se considerar que a Defesa Chinesa é baseada, de certa forma, em uma noção de “dissuasão extrarregional” semelhante à Brasileira, uma vez que as estratégias adotadas pela China estão, em larga medida, pautadas em um pensamento de busca por proteção nacional. Deste modo, o planejamento de Defesa do país é assentado na questão da capacidade de proteção, isto é, principalmente proteção contra possíveis ameaças – advindas de potências extrarregionais – aos interesses vitais como soberania, integridade territorial, exploração dos recursos nacionais e outros. Tais interesses vinculam-se à noção de defesa da pátria. Além disso, a China encontra-se consciente de que as ameaças podem crescer mediante ao encadeamento do processo de globalização (RATNER, et al, 2015).

¹² Organização do Tratado do Atlântico Norte, assinado em 24 de agosto de 1949. Segundo o Departamento de Estado dos Estados Unidos (2009) são membros: Albânia, Alemanha, Bélgica, Bulgária, Canadá, Croácia, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estados Unidos, Estônia, França, Grécia, Hungria, Islândia, Itália, Látvia, Lituânia, Luxemburgo, Noruega, Países Baixos, Polónia, Portugal, Reino Unido, República Tcheca, Romênia e Turquia.

Neste sentido, a dedicação chinesa para a manutenção de uma estabilidade, relacionada aos interesses de alcançar mecanismos de “dissuasão extrarregional”, amplia substancialmente os esforços realizados por bases operacionais, esforços como forma de atingir uma projeção de poder expressiva na arena internacional, frente, principalmente, às potências extrarregionais (RATNER, et al, 2015).

5. Conclusão

A China mantém aumentos contínuos no orçamento de Defesa Nacional há duas décadas com uma média de 9,5% ao ano. Esses aumentos são alinhados à uma política econômica bem estruturada baseada no crescimento interno simultânea à sua Política Externa, enxergando as duas esferas como complementares e primordiais para a sua projeção como uma grande potência. Assim como no Brasil, o aperfeiçoamento militar chinês encontra-se condicionado a um crescimento econômico estável, porém, ao dar ênfase à proteção de suas rotas comerciais, além de posicionar-se de maneira militar estratégica, se torna um vetor fundamental para o desenvolvimento econômico.

O Brasil, apesar de entender que é necessário relacionar o crescimento econômico com o aperfeiçoamento militar, não possui uma estratégia bem delimitada, limitando-se a um orçamento vulnerável a eventuais crises e instabilidades. Ao apresentar-se um adversário em potencial comum aos dois países, é possível observar que, de fato, os objetivos dos dois países e sua dependência da manutenção da segurança nacional, em último caso, através das ferramentas de ‘hard power’, são semelhantes. A China, apesar de possuir uma estratégia de ‘hard power’ mais antiga e ter começado a desenvolver seu ‘soft power’ mais atualmente, já consegue exercer influência no cenário internacional através de ambas ferramentas. O Brasil, porém, ainda não consegue ter as mesmas condições de ‘smart power’ do que a China por não possuir instrumentos avançados de ‘hard power’.

Portanto, concluímos que a utilização de 2% do Produto Interno Bruto não é suficiente por si só, confirmando a primeira hipótese apresentada anteriormente ao observar as diretrizes da Estratégia Nacional de Defesa voltadas para a busca da união das forças e desenvolvimento tecnológico voltadas para o setor, territorial, espacial, cibernético e nuclear, buscando autonomia por meio de uma agenda ampla e ambiciosa à longo prazo. Logo, torna-se imperativa a manutenção do crescimento econômico, garantindo que estes objetivos ambiciosos sejam sustentados.

Ao mesmo tempo que o Brasil amplia sua agenda de Segurança, ele não consegue traçar um plano de desenvolvimento econômico sólido, isolando o projeto de Defesa Nacional dos demais setores da sociedade e, ao mesmo tempo, correlaciona seu orçamento às condições estruturais econômicas, criando um paradoxo que pode se mostrar ineficiente.

Ao observarmos os objetivos e nível de gastos de China e Brasil, podemos apontar algumas insuficiências no modo de financiamento da Estratégia Nacional de Defesa prevista na PEC 197. Em primeiro lugar, e nesse caso podemos mesmo dispensar a comparação com o caso chinês, a fixação de gastos em um determinado nível do PIB não protegerá a defesa nacional de cortes de verbas que comprometerão a continuidade dos projetos estratégicos mencionados pela própria PEC. Isso porque em uma conjuntura de depressão econômica os recursos previstos pela porcentagem fixa do produto também decrescerão, obrigando aos cortes. Além desse problema operacional imediato, existe um outro que pudemos identificar no nosso estudo comparativo: Em

O nível de gasto chinês, para atingir um objetivo político e estratégico comparável ao brasileiro (impedir a projeção de poder militar de potências externas na sua zona de influência regional) é de uma magnitude muito maior.

Nesse sentido, o gasto em defesa chinês se aproxima de 170 bilhões de dólares, enquanto o gasto projetado para o Brasil seria muito inferior, da ordem de 60 bilhões. Essa diferença no nível de gasto indica a necessidade do modelo de financiamento da defesa não se basear apenas em um percentual estático do PIB, mas sobretudo em uma dinâmica de desenvolvimento econômico que leve à ampliação contínua do produto, e assim alargue a base econômica sobre a qual a defesa se estrutura. Foi justamente o crescimento do produto chinês que permitiu ao país, mantendo ou mesmo reduzindo seu gasto proporcional com defesa, buscar atingir seus objetivos de “dissuasão extrarregional” contra potências econômica, tecnológica e militarmente superiores de modo até hoje extremamente efetivo. Devido a esses fatores, julgamos necessário, para além da alocação fixa de recursos em 2 % do PIB, uma articulação do debate da defesa nacional com a política macroeconômica e de desenvolvimento econômico.

Referências Bibliográficas:

- DEPARTMENT OF DEFENSE. Annual Report to Congress: Military and Security Developments Involving the People's Republic of China 2015. **Department of Defense**. 7 de Abr. de 2015, p. 1-57. Disponível em:
<http://www.defense.gov/Portals/1/Documents/pubs/2015_China_Military_Power_Report.pdf>. Acesso em 18 de abril de 2016.
- DEPARTMENT OF STATE. North Atlantic Treaty. **Department of State**. 1 de Abr. De 2009. Disponível em: <<http://www.state.gov/documents/organization/81563.pdf>>. Acesso em 18 de abr. de 2016.
- DI, Zhou; LIANG, Yuan-Bo; TSENG, Ch'eng-k'uei. **Oceanology of China Seas, Volume 2**. Dordrecht, Países Baixos: Kluwer Academic Publishers, 1994, p. 345.
- FONSECA JR., GELSON. **A legitimidade e outras questões internacionais: poder e ética entre as nações**. São Paulo: Paz e Terra, 1998, p. 356.
- RATNER, Ely; COLBH, Elbridge; ERICKSON, Andrew; HOSFORD, Zachary; SULLIVAN, Alexander. **More Willing & Able: Charting China's International Security Activism**. Center for a New American Security, 2015. Disponível em:
<http://www.cnas.org/sites/default/files/publicationspdf/CNAS_MoreWillingAndAble_final.pdf> . Acesso em: 20 de abril de 2016.
- FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO. **Documentos da Política externa Independente, vol. 2**. Brasília, 2008, p. 40. Disponível em:
<http://funag.gov.br/loja/download/500Documentos_da_Politica_Externa_Independente_-_Vol_II.pdf> .Acesso em: 01 mai. 2016.
- JU, Hailong. **China's Maritime Power and Strategy: History, National Security and Geopolitics**. Cingapura: World Scientific Publishing Co. Pte. Ltd., 2015, p. 49.
- KUGLER, Richard L. **Dissuasion as a Strategic Concept**. 2002 Strategic Forum. Institute for National Strategic Studies Nacional Defense University. N°196. Disponível em:
<<https://www.ciaonet.org/attachments/12793/uploads>> Acesso: 03 mai. 2016.
- FILHO, Oscar Medeiros. **Breve Panorama de Segurança na América do Sul**. In NASSER, Reginaldo Mattar; DE MORAES, Rodrigo Fracalossi (Org.). O Brasil e a segurança no seu entorno estratégico: América do Sul e Atlântico Sul. IPEA. Brasília, 2014.
- NERI, Marcelo Côrtes. **Apresentação**. In NASSER, Reginaldo Mattar; DE MORAES, Rodrigo Fracalossi (Org.). O Brasil e a segurança no seu entorno estratégico: América do Sul e Atlântico Sul. IPEA. Brasília, 2014.

NYE, JR, Joseph S. Wielding 'smart power' in world affairs. **Boston Globe**. 6 de Fev. de 2011.

Disponível em:

<http://archive.boston.com/ae/books/articles/2011/02/06/wielding_smart_power_in_world_affairs/>. Acesso em: 19 de abr. de 2016.

NYE, JR., Joseph S. **Soft Power: The Means to Succeed in World Politics**. Nova York: PublicAffairs, 2004, 1-32.

NYE, JR., Joseph S. **The Future of Power**. Nova York: PublicAffairs, 2011.

PECEQUILO, Cristina S. **O Brasil e os Estados Unidos no século XXI: uma nova percepção mútua?**. Relações Internacionais - Olhares Cruzados. Funag. Brasília, 2013.

SCOTT, David. **Soft language, soft imagery and soft power in China's diplomatic lexicon**. In LAI, Hongyi; LU, Yiyi (Ed.). **China's Soft Power and International Relations**. Routledge: Nova York, 2012, p. 39-57.

TRUNKOS, Judit. **What Is Soft Power and How Does It Impact Foreign Policy**. Columbia, SC, EUA: University of South Carolina, 2013, p. 3-5.